



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

09/09/2016



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DECISÕES.....	1 - 3
2. JORNAL AQUI	
2.1. AÇÕES TJMA.....	4
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. SERVIDOR PÚBLICO.....	5
3.2. VARA CRIMINAL.....	6

Governo retoma Parque Independência para construir habitações do 'Minha Casa, Meu Maranhão'



A posse do Parque Independência foi restabelecida, na tarde desta terça-feira (6), ao Governo do Estado. De forma pacífica, oficial de Justiça acompanhou a reintegração de posse. E a Associação dos Criadores do Estado do Maranhão (ASCEM), a quem estava cedido o local, devolveu as dependências do Parque, onde serão construídas habitações do Programa 'Minha Casa, Meu Maranhão'.

Uma decisão do desembargador Guerreiro Junior, do Tribunal de Justiça do Maranhão, de julho deste ano, garantiu a retomada da área ao Governo do Estado, por identificar vícios e irregularidades no contrato de ocupação da ASCEM. Em março, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) já havia notificado a Associação para desocupação. Isso ocorreu, para além dos problemas identificados no contrato, com a intenção de que o Governo do Estado pudesse utilizar o espaço para finalidades de interesse público.

A Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (Segep) acompanhou o processo de desocupação, que aconteceu de forma ordeira e tranquila. "A gente conseguiu uma liminar para devolução do Parque Independência, e estamos acompanhando o oficial de justiça, com apoio policial. Mas não houve qualquer resistência, foi realizada a entrega e a vistoria da área", explicou Rodrigo Machado Paixão, secretário adjunto de Gestão, Modernização e Patrimônio da Segep.

O procurador Geral do Estado, Rodrigo Maia, explica que ainda que o Governo do Estado reconheça a importância da ASCEM e que o Parque Independência abrigue, uma vez ao ano, um evento de impacto (a Exposição Agropecuária do Maranhão – Expoema), a área deverá ser melhor aproveitada ao garantir moradia digna a mais de 2 mil famílias maranhense. “Mais uma vez estamos retomando um espaço público, de domínio do Estado, que vai ser utilizado para finalidades que atendam com mais ênfase e amplitude os interesses públicos. Nada contra a Associação, mas era um espaço que ficava praticamente ocioso o ano todo, usado uma vez por ano no período de alguns dias, que o Estado agora dará uma finalidade mais condizente”, Rodrigo Maia.

Minha Casa, Meu Maranhão - O Governo do Maranhão já está na fase de pré-qualificação de empresas do ramo de construção civil, que deverão apresentar propostas para construção de 2.048 unidades habitacionais para servidores públicos do Estado do Maranhão, localizado do Parque Independência.

“Ao assumir a gestão, o governador Flávio Dino percebeu que esta área estava, não diria em desuso, mas subutilizada, e, tendo o Maranhão um grande déficit habitacional, demandou a Secid (Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano) a elaborar um projeto. Serão 2.048 unidades habitacionais, de preferência para atender os servidores públicos do estado”, informou Cauê Aragão, chefe da assessoria jurídica da Secid, que também acompanhava a desocupação.

O edital prevê a construção de oito condomínios independentes com 256 moradias cada, sendo cinco condomínios com apartamentos de 51m² e três condomínios com apartamentos de 65m².

Governo retoma Parque Independência para construir habitações do 'Minha Casa, Meu Maranhão'



Arquivo do TJMA doa 1,5 tonelada de papel para programa de reciclagem

Com a doação de 1,5 tonelada de papel para o Programa Ecocemar, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realizou mais uma ação voltada para a sustentabilidade e responsabilidade social, por meio do descarte correto do resíduo e do bônus na conta de energia da Fundação da Cidadania e Justiça, com desconto no valor de R\$ 187,20.

A iniciativa envolve as divisões de Acervo Administrativo e Judicial do TJMA, que descartam o material de acordo com o Programa de Gestão Documental do Judiciário maranhense. Conforme classificação e aplicação da tabela de temporalidade, foram descartados os agravos de instrumento de 2008 e processos de execução orçamentária dos anos de 1996 e 1997.

O chefe da Divisão de Acervo Judicial e Histórico, Christorferson Melo, enfatizou que essa é a sexta entrega feita ao Ecocemar, esclarecendo que o diferencial da doação atual foi a coleta realizada pelo programa de reciclagem, no prédio da Divisão de Acervo, e a doação para Fundação da Cidadania e Justiça, em substituição à Fundação Antônio Jorge Dino.

“Essa é uma medida que ajuda o Tribunal na destinação correta do papel, de acordo com o previsto na legislação, além de beneficiar as instituições com desconto na conta de energia”, afirmou Christorferson Melo. A previsão é que o próximo descarte aconteça no prazo de 45 dias, com o volume de agravos dos anos de 2007 e 2008.

Com a destinação correta do papel, o TJMA atende a uma das metas previstas no seu Plano de Logística Sustentável (PLS) referente à Gestão de Resíduos Sólidos, que tem como objetivo promover a gestão sustentável e socioeconômica de resíduos recicláveis com a separação e destinação correta, observando o disposto na Resolução nº 275/2001 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), Lei nº 12.305/2010 (Resíduos Sólidos) e Decreto 5.940/2006 (Separação de Resíduos).

ECOCEMAR - O projeto consiste na troca de resíduos recicláveis por bônus na fatura de energia elétrica, com destinação organizada do material à indústria de reciclagem. O objetivo é contribuir na preservação do meio ambiente e oferecer alternativas para o pagamento das faturas.

Podem ser beneficiados clientes de baixa tensão, residenciais, de toda a área de concessão da Cemar. O cliente tem a opção de obter o bônus na conta de energia do consumo próprio ou doar para instituições filantrópicas.

Clientes comerciais ou industriais não podem acumular descontos para sua própria conta de energia, mas podem doar o resíduo de seus processos em um posto de coleta e direcionar o bônus gerado para uma instituição beneficente ou para qualquer unidade consumidora residencial.

- Aumento nos salários de ministros do STF provocará impacto de mais de R\$ 60 milhões no Maranhão. Isso porque haverá um “efeito cascata” com o aumento dos salários dos magistrados e servidores do estado.

Policial é preso sob acusação de tortura em Caxias

Carlos Ancelmo Barbosa já tem condenação de seis anos de reclusão e ficará detido no quartel da PM

Policial militar reformado, Carlos Ancelmo Barbosa Cardoso, foi preso ontem, no município de Caxias, em cumprimento de mandado judicial com sentença condenatória a seis anos de reclusão pelo crime de tortura contra a própria filha, fato que ocorreu no ano de 2006.

O delegado regional de Caxias, Jair Paiva, declarou que o mandado de prisão preventiva contra o militar foi expedido pela 5ª Vara de Caxias e ontem os policiais realizaram incursões na cidade para dar cumprimento a essa ordem judicial.

Carlos Ancelmo foi conduzido para o 2º Batalhão da Polícia Mi-

litar, localizado no Centro de Caxias, onde vai ficar preso à disposição do Poder Judiciário. “Em face do detido ser policial militar, então, deve ser levado para o quartel”, afirmou o delegado.

Mais prisão

A dupla criminosa, identificada como Guilherme Bruno Gomes Moraes, de 18 anos; e Yuri de Paula Silva, de 23 anos, foi conduzida ontem ao Plantão de Polícia Civil do Parque do Bom Menino, acusada de assaltos na Ilha. Com eles, a polícia apreendeu um revólver calibre 38 da marca Taurus, uma motocicleta Dafra vermelha, sem placa; três celulares e uma quantia em dinheiro. ●